



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO PMSG Nº.xxx/2018

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO, PARA REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DE BENS MÓVEIS E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO – PMSG, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E LEILOEIRO PÚBLICO.

O Município de São Gonçalo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Dr. Feliciano Sodré, nº. 100, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo Prefeito Municipal, portador da Carteira de Identidade nº.xxxxx expedida pelo xxxxx, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. xxx.xxx.xxx.-xx; e do outro lado, o **Sr. XXXXXXX**, doravante denominado **CONTRATADO**, estabelecido a Rua XXXXXX –, portador da Carteira de Identidade nº. XXXXXXX, expedida pelo XXXXXX/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX.-XX, e, tendo em vista a decisão proferida no **Processo Administrativo nº. XXX /2018**, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1. O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços, pelo **CONTRATADO**, de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilão público **DE BENS MÓVEIS E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO – PMSG, CONSIDERADOS OBSOLETOS, SUCATEADOS, IRRECUPERÁVEIS, INSERVÍVEIS, OCIOSOS E DE RECUPERAÇÃO ANTIECONÔMICA**, conforme especificado no Termo de Referência.

1.2. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da PMSG.

1.3. O leilão será realizado em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1. **Executar, por sua conta, todas as despesas relativas à prestação do serviço do presente Contrato, correndo toda operação única e exclusivamente por sua conta, risco e responsabilidade.**

2.2. Observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

2.3. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer do serviço prestado, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE.



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

2.4. O CONTRATADO se obriga a manter durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

2.5. Prestar serviços com a máxima eficiência e qualidade, ficando responsável, também, pela divulgação do leilão nas mídias impressas (pelo menos três vezes, em jornal de grande circulação, devendo a última discriminar, detalhadamente, os bens que serão leiloados) e faladas, dentre outras formas lícitas de divulgação, submetendo as respectivas minutas para aprovação da PMSG.

2.6. Elaborar edital oficial do leilão (catálogo), para reprodução pela PMSG, contendo todas as condições do Leilão, bem como a descrição completa dos bens, para distribuição gratuita aos interessados.

2.7. Cumprir fielmente as obrigações estabelecidas no item 3 do Projeto Básico, em especial a de oferecer infraestrutura para viabilizar a participação de interessados via WEB (página na internet).

2.8. Elaborar a documentação referente à arrematação a ser fornecida aos arrematantes e ao Município de São Gonçalo - RJ.

2.9. Relacionar os bens disponíveis para Leilão em lotes, bem como proceder à avaliação dos mesmos, através de Laudo de Avaliação, estipulando um valor mínimo para venda.

2.10. Remeter mala direta aos interessados e arrematantes integrantes do Cadastro do Licitante Vencedor.

2.11. Realizar levantamento fotográfico dos bens.



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

2.12. No leilão, cadastrar todos os participantes, e cadastrar os 3 (três) primeiros arrematantes do lote, em ordem decrescente.

2.13. Executar o leilão com funcionários treinados.

2.14. Prestar contas por meio de relatório contendo: demonstrativo financeiro, comprovante de pagamentos (Notas Fiscais) correspondentes, e o recolhimento das importâncias recebidas em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de realização do Leilão.

2.15. Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Projeto Básico, sem ônus para a PMSG, disponibilizando número de telefones, *emails* ou outro meio hábil para comunicação pela PMSG durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. A CONTRATANTE não terá nenhuma despesa com o pagamento do contratado, o qual terá seus serviços pagos pelos arrematantes através da comissão de 5% (cinco por cento), sobre o valor de cada bem arrematado.

3.2. Do valor recebido pelo Leiloeiro, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE

4.1. Publicar o edital no Diário Oficial Eletrônico do Município.

4.2. Acompanhar por meio da Secretaria Municipal de Administração e da Comissão de Baixa dos Bens Móveis Permanentes Inservíveis para o Serviço Público, todas as etapas do leilão.



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

4.3. Determinar juntamente com o Leiloeiro Oficial, data e hora para realização do Leilão.

4.4. Estabelecer horário para visitação dos lotes, com a supervisão da Comissão constituída pela PMSG.

4.5. Após assinatura do Chefe do Executivo, proceder à entrega das Autorizações para Transferências de Veículos (DUT) e CRLV, devidamente preenchidas e assinadas com firma reconhecida, para os respectivos arrematantes.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE.

5.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar ou transferir o presente Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

6.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.2. A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei nº. 8.666/93, sem que caiba o **CONTRATADO** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

6.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

7.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das partes, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste Contrato.

7.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização à Autoridade Superior, para que esta decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem a realização do objeto deste Contrato.

7.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas partes.

7.4. Serão para fins deste Contrato casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

7.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste Contrato.

7.6. No caso de não ser reconhecida pela Contratante a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste Contrato.



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1. O presente contrato será publicado, em Extrato, de acordo com o que dispõe o Parágrafo Único, Artigo 61 da Lei nº. 8.666/93, correndo tais despesas por conta da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A prestação dos serviços prevista neste contrato será fiscalizada pela Comissão de Leilão e Baixa de Bens Moveis Inservíveis para o serviço publico Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração, formalmente designada, incumbindo-lhe, conseqüentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de Licitação, e nas especificações dos materiais, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

10.1. Ficam reservados à fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente, com o fornecimento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Pelo inadimplemento das obrigações do contratado, as partes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

11.1.1. Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

11.1.2. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar) ou inexecução do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multas, nos termos do item 6.1.2 do edital de chamamento, sobre o valor dos bens a serem leiloados, os quais passarão por processo de avaliação por Comissão designada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

12.2. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.3. É prerrogativa da **CONTRATANTE** as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº. 8.666/93.

12.4. O ato convocatório da licitação e seus anexos integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

As partes elegem o Foro da Comarca da CONTRATANTE, como único competente para dirimir possíveis e futuras dúvidas, que possam surgir, na interpretação das cláusulas deste Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO	XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE	CONTRATADO

São Gonçalo, _____ de _____ de 2018.

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Eu, _____

CPF _____.

Endereço: _____,

DECLARO: a) Não possuir impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública; b) Estar de acordo com os preços estabelecidos unilateralmente pela Administração Pública Municipal; c) Não violar o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos); d) Não possuir vínculo com o MUNICIPIO DE SÃO GONÇALO como servidor do quadro Geral do mesmo, sob as penas da Lei (art. 299 do Código Penal);

Local e data:/...../..... .

.....
Assinatura



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Eu, _____, nacionalidade, profissão, estado civil, RG, CPF, residente e domiciliado _____, bairro, cep, declaro sob as penas da lei, que sou pessoa de idoneidade moral ilibada perante a sociedade e órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone minha conduta.

Local e data

Assinatura do declarante



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa _____ CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ – SSP/PB e CPF/MF nº. _____, declara, sob as penas da lei, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

São Gonçalo, _____ / _____ / _____



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

DECLARAÇÃO V

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL):
Eu, _____, Leiloeiro (a)
Oficial, natural de _____,
filho de _____ e
_____, estado civil _____,
inscrito na JUCERJA em ____/____/____, sob o nº _____,
Carteira de Identidade nº _____, CPF
nº _____, residente e domiciliado na

_____, telefone
(____) _____, e-mail _____,
requeiro a Vossa Senhoria o cadastramento profissional no
_____ como
Leiloeiro Oficial, para fins de designação à realização de leilões de bens móveis na
forma da legislação vigente. Pelo presente, o Leiloeiro Oficial acima identificado vem
requerer seu credenciamento em conformidade com o Edital para CREDENCIAMENTO
nº 004/2017, juntando a documentação exigida devidamente assinada e rubricada.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que: - Recebeu os documentos que compõem o
Edital para Credenciamento nº 004/2017 e que tomou conhecimento de todas as
informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste
credenciamento; - Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos ou
entidades da Administração. - As informações prestadas neste pedido de
credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus
anexos, principalmente com o ANEXO I – Termo de Referência e das especificações



Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Gabinete da Secretária

dos serviços e obrigações da parte contratada; - Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento.

Neste termos, pede deferimento.

São Gonçalo, _____ de agosto de 2018.

Nome e Assinatura CPF nº